

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS MOBILIZAÇÕES PELA ANISTIA

NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1978-1979)

Brenda Soares Bernardes
Mestranda em História – Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: Brendabernardes@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho investiga as mobilizações pela Anistia ocorridas no Estado do Espírito Santo (ES), privilegiando as ações do Movimento Estudantil (ME), entre os anos 1978 e 1979. No contexto de distensão política e luta pelas liberdades democráticas a bandeira pela anistia “ampla, geral e irrestrita” aglutinará as forças progressistas da sociedade. Atentos para algumas particularidades, buscamos compreender essa história no ES, como a importância conferida ao jornal alternativo *Posição*, ao preso político Perly Cipriano, ao Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA/ES), à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e em específico ao ME. Através de documentos produzidos pela Comunidade de Informações tecemos parte desses acontecimentos, apontando enfim, à importância em compreender esses eventos regionalmente.

Palavras-chave: Mobilizações pela Anistia. Movimento Estudantil. Ditadura Militar.

1. Mobilização política e Participação política nos Movimentos pela Anistia

A história da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) é entrelaçada por um caleidoscópio de temas, objetos e abordagens. No seio de 21 anos, do golpe de 1964 aos primeiros passos da redemocratização em 1985, há uma variedade de encontros e desencontros humanos¹.

Do lado do poder então instaurado apoios ao golpe: ameaças do “perigo vermelho”², promessas de modernização, receios das possíveis reformas de base, mobilizações pró-golpe, ilustradas sobretudo nas “marchas da família com Deus pela liberdade”. Sob outra

¹ Lembro aqui da passagem clássica, escrita pelo historiador Marc Bloch em BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

² A expressão “perigo vermelho” é trabalhada por MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

perspectiva, na dianteira da resistência, recusas ao golpe: cassados, banidos, expurgados, demitidos, exilados, clandestinos, mobilizados contra o regime então instaurado.

Diante de tantas possibilidades encontramos uma noção que nos é cara, a mobilização. Apesar da polissemia da palavra, a entendemos como o ato de pôr-se em movimento ou em ação, incitando à participação³. Nos concentramos sobretudo ao seu significado político, definida pela convocação e estímulo de determinados grupos para que participem das atividades cívicas ou políticas⁴. Em um dos significados apresentados por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998) a *Mobilização política* indica uma atividade de incitamento à ação imposta do alto, em oposição às atividades espontâneas, advindas da base, definida por *Participação política*. Desse modo, as organizações políticas tendem a mobilizar seus partidários aumentando as pressões sobre o Governo ou outras organizações. O sentido abordado neste trabalho não opõe os conceitos de *Mobilização política* e *Participação política*, como fazem os autores, nós os entrelaçamos. Isso pode ser feito pela peculiaridade do tema de estudo, os movimentos pela anistia, entre 1975 e 1979. As demandas em torno da anistia foram atividades advindas da base, mas também propostas estabelecidas por organizações políticas, conforme será observado ao longo do texto.

Também somos tributários das exposições de Alberto Tosi Rodrigues (2001). O historiador descreve dois ciclos de mobilização política na história do Brasil República. O “ciclo de entrada”, iniciado nos anos 1930, refere-se à incorporação das massas urbanas à participação política, escoando pelo populismo, até o golpe de 1964. E o “ciclo de saída”, possibilitado pelos ‘novos movimentos sociais’ no cenário de transição, iniciado sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1970. Para Rodrigues, os movimentos sociais urbanos exerceram papel fundamental. Enquanto movimentos populares, constituíram um campo ético-político, auxiliando na montagem de “ [...] um novo paradigma discursivo e um novo estoque de práticas políticas que incidiram sobre o comportamento dos atores presentes na arena política nacional, notadamente a oposição

³ O significado mais geral do termo foi retirado de <<https://dicionariodoaurelio.com/mobilizacao>>, acesso em 7 jul. 2019.

⁴ O significado de mobilização no sentido político foi retirado de <<https://www.google.com/search?q=mobiliza%C3%A7%C3%A3o&oq=mobiliza&aqs=chrome.2.69i59j69i57j0l4.6144j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>, acesso em 7 jul. 2019.

democrática ao regime militar, liberais ou esquerda [...] “ (RODRIGUES, 2001, p.36). É esse segundo ciclo de mobilização que nos referimos ao falar especificamente de mobilização política.

Neste trabalho, compreendemos o movimento estudantil (ME) integrado aos movimentos sociais, e em específico, às mobilizações pela anistia brasileira. É, portanto, um ator político presente nas lutas democráticas, o primeiro a se reorganizar e a retomar o espaço público (MULLER, 2016).

O interesse nas mobilizações pela Anistia brasileira, nos suscitou compreender essa história no Estado do Espírito Santo (ES). Antes, entretanto, faremos uma breve passagem à bibliografia da anistia e à dinâmica desses eventos a nível nacional.

2. Anistia: um autêntico subcampo historiográfico e político

Até o início dos anos 2000 eram poucos os trabalhos dedicados à anistia de 1979. Pedro Ernesto Fagundes (2019) descreve três gerações de autores que se aventaram ao tema: os primeiros, ainda no final dos anos 1970, de cunho jornalístico e memorialístico; os segundos do final dos anos 1980 aos anos 2000 mais voltados à Ciência Política e à memória dos militares e os terceiros, a partir dos anos 2000, fruto de trabalhos de pós-graduações, majoritariamente dissertações e teses escritas por pesquisadoras. Em 2002, escrevia Renato Lemos que, embora não constituísse temática muito frequentada no pensamento acadêmico brasileiro, a anistia política se impunha no cotidiano dos cenários de poder (LEMOS, 2002). Em 2018, o mesmo autor pontua os estudos sobre a anistia no seio de um autêntico subcampo historiográfico e político (LEMOS, 2018), haja vista a disseminação de produções acadêmicas, os trabalhos no campo da memória e história oral⁵.

Nos encontramos por fim, em 2019, no próximo 28 de agosto, completam-se 40 anos desde a sanção da Lei da Anistia, promulgada pelo último presidente militar João Figueiredo (1979-1985). Reconhecendo-a como propiciadora da formação de um

⁵ Destacamos o trabalho de MONTENEGRO, Antonio T; RODEGHERO, Carla S; ARAÚJO, Maria Paula. (Orgs.) **Marcas da Memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

subcampo historiográfico e político, somos nutridos por uma vasta discussão bibliográfica. Todavia, há ainda muitas possibilidades de pesquisa. A nossa escolha, é, pois, um desses caminhos.

3. Sobre o significado de Anistia e o contexto brasileiro

No sentido jurídico do termo, a anistia é um ato do poder público que declara impuníveis delitos praticados até determinado período por motivos políticos ou penais, anulando as condenações⁶. Em sentido mais histórico, Paul Ricoeur (2007) define anistia como um esquecimento comandado, imposto, não um perdão, mas uma medida que pretende forçar uma coletividade a esquecer, cujo objetivo é a consolidação da paz cívica. Mas esta não foi a anistia aprovada em 1979, excluindo a grande maioria dos punidos politicamente (CIAMBARELLA, 2002). O fato de abranger àqueles que cometeram crimes políticos ou conexos abriu a caixa de pandora. A inclusão do termo “conexo” suscitou possibilidades de interpretações, direcionadas politicamente, “perdoando” de sobremaneira, os próprios agentes do regime militar. Prevaleceu a ideia de que a anistia fora recíproca, os dois lados teriam cometido “excessos” (TELES, 2010), excluindo dos benefícios os condenados de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Dito isto, entendemos, que, ao invés de determinar o esquecimento, a anistia suscitou lembranças, reascendeu memórias. Marcada pelo sentimento de injustiça e incompletude, a luta pela anistia redesenhou-se no pós-1979, através dos esforços de parentes de mortos e desaparecidos, mas também por profissionais que tiveram suas promoções empregatícias negadas, ou mesmo proibidos de retornarem aos postos de trabalho (MACHADO, 2006). Carlos Fico (2012) a observa enquanto frustração das esperanças, a principal cláusula da transição democrática, consagrando a impunidade. Mesmo com isto dito, entendemos que a anistia redesenha o futuro político do país, devolvendo à política personagens antes banidos (GASPARI, 2016).

Carla Rodeghero (2014) nota que, a menção à anistia viria a público ainda em 1964, mas apenas na segunda metade da década de 1970 a temática seria posta de fato em ação.

⁶ O significado jurídico foi retirado de: <<https://www.google.com/search?q=anistia&oq=anistia&aqs=chrome..69i57j69i65l3.1393j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> , acesso em 3 jul.2019.

Para a historiadora, o projeto de distensão do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) foi visto por algumas mulheres como uma brecha para a campanha. Era então fundado, em 1975, o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), paralelo à formação dos primeiros Comitês pela Anistia na Europa (FAGUNDES, 2019). Houve, portanto, uma mudança de cultura política no país, principalmente por parte das esquerdas, cuja palavra chave passou a ser democracia, em contraste com os ideais revolucionários de 1968 (MULLER, 2016). Desse modo, a melhor maneira de vencer a ditadura era investir em organizações e participações populares, utilizando espaços institucionais propiciados pelo Estado (MOTTA, 2014). Além da pauta democrática, o discurso em defesa dos direitos humanos (GRECO, 2003; RODEGHERO, 2014; MULLER, 2016) será central no seio desta luta política, elemento unificador. É nesse sentido que Fagundes (2019) considera as mobilizações através do “paradigma da anistia como conquista dos direitos humanos”.

Inserida no contexto das lutas democráticas da segunda metade da década de 1970, a anistia aparecerá como grande força mobilizadora, articulando as muitas bandeiras (ARAÚJO, 2007), no Brasil, mas também no exterior, sobretudo Europa, que até 1979 terá seus 30 comitês de anistia.

Entre 1975 e 1979, grande parte dos estados brasileiros se movimentam pró-anistia, fundando comitês locais a partir da articulação de grupos políticos, organizações e entidades de classe, a citar: o MFPA, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e suas seções regionais, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a imprensa alternativa, os artistas, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os presos políticos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), religiosos protestantes, operários, uma gama de profissionais liberais e, não menos importante, as universidades e especificamente, o movimento estudantil (CIAMBARELLA, 2002; GRECO, 2003; MACHADO, 2006; RODEGHERO, 2014; RESENDE, 2013; FAGUNDES, 2019).

Conforme analisa Angélica Muller (2016), a luta do ME caminhou em prol das liberdades democráticas, tanto que, ao final dos anos 1970 seus pedidos confluíam em torno da anistia e da constituinte. Embora, pondera a historiadora, para a maioria dos grupos, a luta democrática era valorizada enquanto caminho ao socialismo, observando que nem todas as correntes do ME partilhavam do mesmo ideário democrático.

No próximo ponto, adentraremos às mobilizações pela anistia na história do ES, não esquecendo, todavia, de sua estreita conexão às dinâmicas nacionais.

4. A Campanha da Anistia no Espírito Santo: *Posição*, Perly e o CBA/ES

Ainda em 1975, data de fundação do MFPA, era encaminhado ao ES um pedido de busca via Polícia Federal requerendo informações sobre a existência do “Movimento Feminino pela Anistia de Presos Políticos”, mas não havia registro, conforme resposta à solicitação (BERNARDES, 2018; BR. ESAPEES. DES.0.MS.13, Mobilizações pela anistia no Brasil, 1975-1979).⁷

Em outubro de 1976 era fundado o maior jornal alternativo do estado, o *Posição* (BRUMANA, 2016)⁸. No contexto de regime repressivo, de censura aos meios de comunicação, os jornais alternativos eram importantes instrumento de divulgação e luta política. Pela dinâmica de produção e divulgação os periódicos escreviam aquilo não convinha dizer a grande imprensa. No ES, o *Posição*, cumpriu essa função. O jornalista Luiz Fernando da Silva Brumana (2016) narra que a cobertura da anistia representou um pioneirismo, haja vista que os jornais tradicionais não discutiam o assunto.

Tratando especificamente do movimento estudantil, e dos universitários, de modo geral, Brumana destaca que configuravam um dos principais público-alvo. Além do consumo, auxiliavam na distribuição do periódico, vendendo em média 500 exemplares de cada número, segundo documento produzido por agentes do Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CISA/RJ)⁹ – portanto, vinculados diretamente à Comunidade de Informação (AN. SNI. VAZ.137.164-78)¹⁰.

⁷ Documento de referência completo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Fundo DOPS, Série Movimentos Sociais, Caixa 24, Dossiê 13 – **Mobilizações pela anistia no Brasil, 1975-1979**.

⁸ O jornal teve duração de quatro anos e contou com a publicação de 66 edições, entrando para a história do jornalismo regional, como um importante periódico alternativo (BRUMANA, 2016). Para maiores informações sobre o *Posição* na luta pela anistia ver capítulo 4 da dissertação de BRUMANA, Luiz. Fernando da Silva. **O Grito da Resistência: o Jornal Posição e a Cobertura da Abertura Política no Espírito Santo (1976 a 1981)**. 2016. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

⁹ Documento de referência completo: Arquivo Nacional, Fundo SNI, VAZ.137.164-78 – CBA/ES, 1978.

¹⁰ “A expressão ‘Comunidade de Informações’ apareceu pela primeira vez na linguagem política brasileira no livro *A produção de informações estratégicas*, do general americano Washington Platt (original de 1957) [...] considerado obra fundamental para os alunos na Escola Nacional de Informações (EsNI). Na década de 1970, a comunidade reunia o Serviço Nacional de Informações (SNI), O Centro de Informações do

A iniciativa de organizar o Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Espírito Santo (CBA/ES) partiu inclusive do fundador do periódico, Jô Amado. Segundo a documentação supracitada, o jornalista coordenou uma reunião no Sindicato dos Bancários de Vitória, em 7 de maio de 1978, ao lado de um professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Teriam participado do encontro religiosos (católicos e protestantes), estudantes, professores, arquitetos, jornalistas e políticos do MDB. Ressaltando-se que, alguns desses indivíduos eram de áreas do interior do Estado, o que nos faz pensar que, de algum modo, tentou-se amplificar a bandeira da anistia nas demais localidades. Jô Amado, estava inclusive disposto a auxiliar na montagem de um jornal específico para as áreas rurais (BERNARDES, 2018). Segundo o documento, Jô declarou que o jornal desejava encabeçar o “Movimento Pró-Anistia”, afinal, o movimento atingindo caráter nacional, não se admitia que no ES não se lutasse por uma “Anistia Ampla e Irrestrita”. Ao final da reunião, segundo o documento,

Foi escolhida uma comissão composta por 5 **elementos**, que deverão encaminhar os trabalhos de instalação do “Comitê Regional pró-Anistia”: VALDIR de tal, professor da UFES, RUI de tal, estudante de Medicina do Centro Biomédico da UFES, ROSILDA DE FREITAS, MAURÍCIO DE CASTRO CORRÊA pelo jornal “POSIÇÃO” e BENEDITO TADEU CESAR, professor da UFES. (Grifo nosso)

Era 7 de maio de 1978. O CBA/ES, seria fundado apenas em 9 de março de 1979, dez meses após a reunião. O que sugere, de algum modo, algum problema de articulação entre os membros da comissão, haja vista a urgência de organização, então colocada no próprio encontro (BERNARDES, 2018).

Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), uma parte da Polícia Federal, as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias de Segurança e Informações (ASI) – que eram organizadas nos ministérios civis – O Centro de Informações do Exterior (CIEEx) do Ministério da Relações Exteriores, as Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (Dops) e, finalmente, os serviços de informações das polícias militares”. O verbete foi extraído de ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. de. **A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p.109.

Na reportagem produzida pelo jornal *A Gazeta* em 1989, na qual participaram Ewerton Montenegro Guimarães, Paulo Hartung, Namy Chequer e Perly Cipriano, encontramos informações importantes acerca da campanha da anistia no ES¹¹.

Ewerton Montenegro Guimarães¹² em 1968 era estudante de Direito e militante estudantil, preso inclusive por realizar manifestação em Vitória (FAGUNDES, 2016). Em 1979, o já advogado seria eleito presidente do CBA/ES; Paulo Hartung¹³, era estudante de economia e um dos personagens centrais do ME da UFES, no contexto de reconstrução do Diretório Central dos Estudantes (DCE); Namy Chequer¹⁴, militante na época. E Perly Cipriano, estudante de odontologia em 1968, condenado a 84 anos de reclusão, estava no presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro. Perly foi um dos líderes da greve de fome de 1979 (FAGUNDES, 2016; BRUMANA, 2016; BAPTISTA, 2016; ATHAYDES, 2017)¹⁵. Perguntados acerca do surgimento do movimento pela anistia no ES, Ewerton Montenegro Guimarães explicou:

O que determinou o surgimento oficial do movimento foi uma reunião no Colégio do Carmo. Mas, mesmo antes disso, já havia manifestações por parte da OAB, da Comissão de Justiça e Paz e do Instituto Pedroso Horta e de todos os setores progressistas da sociedade. Então, no dia 9 de março de 1979, instalou-se o movimento com a eleição da diretoria do Comitê Pró-anistia e definições de sua ação política [...].

¹¹ Tivemos acesso a essa reportagem pelo documento produzido pela Comunidade de Informação. Documento de referência completo: Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ-ACE-18737-89 ES – 10 anos de anistia, 1989. No contexto de “comemoração” dos 10 anos da Anistia, foi organizada uma mesa redonda patrocinada pelo jornal *A Gazeta*.

¹² “O advogado Ewerton Guimarães se tornaria [...] uma figura de destaque na luta em defesa dos direitos humanos no Espírito Santo. [...] Em virtude da condenação que sofreu, ele foi declarado anistiado *post mortem*, em 2010 [...]”. Extraído de FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Relatório final Comissão da Verdade**. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES/Supecc, 2016, p.62.

¹³ Paulo Hartung ingressaria em carreira política, eleito governador do ES por três mandatos (2003-2006; 2007-2010; 2015-2018).

¹⁴ É jornalista, radialista e vereador de Vitória no quinto mandato pelo PC do B.

¹⁵ Para maiores informações sobre a organização do DCE entre 1978 e 1979 ver: ATHAYDES, Ramilles Grassi. **Documentando a subversão: a reorganização do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (1976-1978)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. E BAPTISTA, Leonardo. **Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB no Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

Namy Chequer, por outro lado, destacou o protagonismo do *Posição* e de Perly Cipriano¹⁶. O jornal era

[...] uma referência para a militância de esquerda que estava dispersada. E foi o principal instrumento de comunicação e manutenção da campanha pela anistia, junto com outras referências como José Ignácio Ferreira, que era presidente da OAB-ES e chegou a publicar um livro sobre o assunto, além do Ewerton que presidia o comitê pró-anistia e da atuação de um combativo MDB. A anistia ganhou projeção porque tínhamos cassados notáveis como Zé Ignácio, Mário Gurgel, Daflson Laranja, pessoas que se projetaram como referências democráticas. E tínhamos uma outra que era preciosa para a campanha pegar e ganhar a massa: um preso político, Perly Cipriano. E não era qualquer um que tinha um preso político do Estado. Então, o Perly personificou a campanha porque era um capixaba preso nos cárceres da ditadura [...]

Ewerton Montenegro Guimarães ressaltou que, “ [...] a luta pela anistia já não envolvia apenas a libertação do Perly e a volta dos exilados. A nossa luta já envolvia questões sindicais, reabilitação política de presos políticos que foram colocados para fora de seus empregos [...]”.

Sugerimos que após a criação do CBA/ES o movimento no estado se amplificou, talvez não apenas pela criação do Comitê, mas pela particularidade do ano de 1979 [ímpar às mobilizações] e a efetiva articulação dos setores progressistas locais.

No dossiê produzido pela Delegacia de Ordem Política e Social do ES (DOPS/ES), percebemos o crescimento da organização (BR ESAPEES, DES.0.MS.13, Mobilizações pela anistia no Brasil, 1975-1979). Há listas de 32 carros com o decalque “Anistia”, mesas, atos públicos, divulgação de panfletos, produções textuais, etc. Ao solicitar informações acerca do “Dia Nacional de Luta pela anistia”, evento cuja organização nacional estava planejada para 18 de abril, os agentes de informação relataram que até a data de 7 de março, nada constava, mas observavam que

[...] Tal assunto é por demais comentado nos meios estudantis (Universitários) estando as xerox vendendo camisetas e plásticos com os dizeres “ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA” ao preço de CR\$ 30,00 e CR\$ 10, 00 respectivamente, sendo um deles o estudante da Faculdade de Direito de Colatina [cidade do noroeste do ES] “ERASMO AQUINO E SOUZA”.

¹⁶ O próprio Perly aponta na entrevista que tomava conhecimento sobre os acontecimentos no ES através do jornal *Posição*.

Dentre os eventos organizados em 1979, destaco: uma mesa na UFES com a presença de Ewerton Montenegro Guimarães, presidente do CBA/ES; a vigília pela Anistia na câmara dos vereadores da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, sul do estado, com 50 pessoas, entre dois e três de junho (AN. SNI. ARJ-ACE-801-79)¹⁷; e o ato público pela anistia no auditório do Colégio do Carmo¹⁸ em 14 de agosto, com 150 pessoas, segundo documentação da Comunidade de Informação (BERNARDES, 2018; BR. ESAPEES, DES.0.MS.13). Este ato, por exemplo, foi divulgado na UFES e nos colégios particulares, Nacional e Salesiano, através de mais de uma produção textual. Há origens tanto do CBA/ES, quanto do DCE/UFES.

5. O Movimento Estudantil e a organização pró-anistia

Na entrevista de A Gazeta, mencionada acima, Paulo Hartung explicou o modo como os estudantes se envolveram na campanha da anistia.

Naquele período estávamos envolvidos com a reorganização do movimento estudantil e com a reconstrução do DCE. A chapa que encabeçava, eleita com mais de 70% dos votos, além das questões acadêmicas já defendia a luta pelas liberdades públicas e nesse rol **incluímos a questão da anistia, que era o assunto de maior repercussão.** [...] E uma das primeiras atividades do DCE foi confeccionar um plástico de cor vermelha, propondo uma anistia ampla, geral e irrestrita. Particpei do comitê pela anistia e entendia que a luta tinha o sentido de ampliar a conquista, dando um basta na violência e recolocando o país nos trilhos da democracia. Os estudantes deram uma contribuição bastante expressiva nessa caminhada, **discutindo a anistia nas salas de aula, apesar de toda repressão interna na universidade.** (grifo nosso)

A fala de Hartung, de 1989, resume bem a atuação dos estudantes na campanha da anistia. Foram eles atores importantes das mobilizações no estado. E não apenas pelas vivências de 1978 e 1979 descritas no contexto de reorganização do DCE, mas por todo um histórico de luta contra o regime militar, iniciado já em 1964 (FAGUNDES, 2016).

¹⁷ Documento de referência completo: Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ-ACE-801-79 - Anistia Cachoeiro, 1979.

¹⁸ O Colégio do Carmo está localizado no centro de Vitória.

Dentre as ações do ME na campanha, destacamos, a confecção do “Caderno da Anistia”, uma produção textual e visual de 12 páginas, elaborada pelo DCE/UFES em agosto de 1979. Com objetivo de divulgar a temática entre os estudantes, convocam todos à leitura e discussão, principalmente nas salas de aula (APEES. DOPS. MS. Caderno da Anistia, 1979)¹⁹.

Os conteúdos escritos do “Caderno” são compostos por uma introdução, uma análise do projeto proposto pelo governo, uma reportagem escrita por Hélio Pellegrino²⁰ [publicada no jornal *Correio da Manhã*] e um texto final nominado “Nosso Posicionamento”, semelhante a um editorial. Mesclados aos textos, são apresentadas charges de circulação nacional, expressando a indignação diante do projeto de anistia.

Mesmo não pertencendo à categoria de jornal estudantil, pela estrutura de confecção e organização, entendemos o “Caderno da Anistia” enquanto ferramenta de circulação de ideias, cuja pretensão objetiva era abranger um contingente maior de estudantes, e não apenas a minoria militante (MULLER, 2016). A introdução já exprime a intenção dos estudantes:

Iniciamos aqui uma nova experiência de trabalho em nossa escola, através da qual buscaremos abranger alguns temas dentre aqueles principais que nos são colocados seja em relação à nossa vida universitária, seja em relação aos temas mais gerais da sociedade brasileira hoje. [...] A escolha desse tema deu-se em função da particular importância assumida pela discussão sobre a ANISTIA e inclusive pelo aparecimento em cena do projeto de “anistia” do governo, que tanta polêmica tem gerado. [...]

Nas páginas seguintes, sob o título “O projeto e suas armadilhas”, é feita uma análise do texto do governo. Dividida em duas colunas, a parte esquerda traz os artigos do projeto, enquanto a direita a apreciação dos estudantes. É evidente o conhecimento denso do tema e o posicionamento dos discentes contra a proposta. O famigerado parágrafo 1º – “consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.” – é criticado. Os estudantes observam que o trecho “[...] beneficiará os torturadores, ou seja,

¹⁹ Documento de referência completo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS. Série Movimentos Sociais. **Caderno da Anistia**, 1979.

²⁰ Psicanalista, escritor e poeta brasileiro (1924-1988).

‘os que se envolveram de alguma forma na repressão à subversão’, pois ele impede a revisão ou instauração de novos processos contra quaisquer pessoas. ”

Na mesma página exibem uma charge de Henfil²¹. Na imagem, um homem em frente à televisão, assiste o noticiário: “e atenção para a lista dos 200 punidos pela lei de anistia...”, satirizando a abrangência da medida governamental.

Nas duas páginas seguintes, segue análise dos artigos, aprofundando questões quanto ao retorno de trabalhadores ao serviço ativo, criticando, por exemplo, o condicionante proposto pelo governo, o retorno aos postos de trabalho somente por interesse da administração pública. Junto aos artigos, duas outras charges aparecem, assinada por Maria²². A primeira, lembra um cemitério sem identificação, apenas retângulos vazios, enfileirados. Dentre esses, um dizer: “Fomos condenados! Ampla, geral e irrestritamente!”, nos remetendo aos inúmeros mortos pelo regime, sem rosto, sem nome e sem túmulo, jogados simplesmente em valas. Na segunda charge, um ícone, semelhante ao logotipo do Serviço Nacional de Informações²³, e o dizer “fomos anistiados”. Em crítica, à possível interpretações da lei que “perdoaria” os agentes do regime militar.

Por fim, destacamos o item “nosso posicionamento”, escrito inteiro em letras maiúsculas, com o *slogan* “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” sublinhado. Segue o texto:

Queremos reafirmar aqui nossa disposição de continuar lutando pela conquista da anistia ampla, geral e irrestrita, até que consigamos a libertação de todos os presos políticos, a volta de todos os cassados, banidos e exilados, a reintegração imediata de todos os professores, alunos e funcionários às suas funções, afastados que foram por atos e leis de exceção.

Entendemos portanto, que a anistia restrita, essa anistia mutilada, que embora represente o avanço concreto do povo em suas formas de organização e luta, deve ser aprofundada até conquistarmos uma anistia ampla, geral e irrestrita. Para isto, conclamamos todos os estudantes e demais setores de nossa sociedade a prosseguirem firme nessa luta, até o momento em que não tenhamos em nosso país um só preso por convicção política, e esteja assegurado a todos a plena liberdade de organização e expressão, numa sociedade justa e democrática.

²¹ Cartunista, quadrinista, jornalista e escritor brasileiro (1944-1988).

²² Não temos conhecimento de sua biografia.

²³ Para maiores informações, ver ISHAC, FRANCO E SOUSA (2012), p.271.

Como mencionado, o caderno foi escrito em agosto de 1979. Ao final desse mês Figueiredo sancionaria a Lei, com poucas alterações em comparação ao projeto inicial. O que chama nossa atenção nos estudantes, além do amplo conhecimento na temática, é a própria disposição de continuidade da luta, haja vista a insatisfação ao projeto governista. A última charge do “Caderno”, de Angeli²⁴, representa esse sentimento. Um repórter pergunta a um exilado: “Você como uns dos anistiados, o que pretende fazer na volta ao Brasil?” E o exilado responde: “Lutar pela anistia ampla, geral e irrestrita”.

Há também registros no dossiê do DOPS sobre a continuidade da luta dos estudantes. Segundo o documento, o ME se posicionou contra a anistia do governo. Na manhã de 30 de agosto de 1979 teriam eleito líderes para organizar passeatas em represália à legislação aprovada, semelhantes às Universidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A reportagem do jornal *A Gazeta* de 28 de agosto de 1979, disponível no dossiê, já anunciava a assembleia geral dos estudantes, assinalando à formação do comitê universitário pró-anistia. A última fonte da Comunidade de Informação que tivemos acesso registra um pedido de busca em 18 de setembro de 1979, solicitando dados do comitê, entre esses: qualificação da mesa diretora, qualificação do pessoal componente, qualificação dos oradores e número estimado de expectadores.

Conclusão

Diante desses eventos e ações, localizamos os estudantes capixabas como atores centrais às mobilizações pela anistia. A história regional do ES, encontra-se, portanto, diretamente conectada aos episódios nacionais. Desde as primeiras ações de inteligência dirigidas pela Comunidade de Informação, à bandeira de Direitos Humanos, criação de jornais alternativos, comitê de anistia e organizações do Movimento Estudantil.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

²⁴ Chargista brasileiro (1956).

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. **Concede Anistia e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>, acesso em 8 jul. 2019.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Fundo DOPS, Série Movimentos Sociais, Caixa 24, Dossiê 13 – **Mobilizações pela anistia no Brasil, 1975-1979.**

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS. Série Movimentos Sociais. **Caderno da Anistia, 1979.**

Arquivo Nacional. Fundo SNI. VAZ.137.164-78 – **CBA/ES, 1978.**

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ-ACE-469-79 – **Vitória, 1979.**

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ-ACE-801-79 – **Anistia Cachoeiro, 1979.**

Arquivo Nacional. Fundo SNI. ARJ-ACE-18737-89 ES – **10 anos de anistia, 1989.**

Fontes Secundárias

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra ditadura. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **Revolução e democracia (1964 - ...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ATHAYDES, Ramilles Grassi. **Documentando a subversão: a reorganização do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (1976-1978).** 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

BAPTISTA, Leonardo. **Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB no Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985).** 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BERNARDES, Brenda Soares. **Os movimentos políticos pela Anistia no Brasil sob olhar do Serviço Nacional de Informação (SNI), entre 1975-1979.** Relatório Final de Iniciação Científica. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/anais_jornada_ic/desc.php?&id=13479>, acesso em 2 jul.2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora UnB, 1998.

BRUMANA, Luiz Fernando da Silva. **O Grito da Resistência: o Jornal Posição e a Cobertura da Abertura Política no Espírito Santo (1976 a 1981).** 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CIAMBARELLA, Alessandra. “**Anistia Ampla, Geral e Irrestrita**”: A Campanha Pela Anistia Política no Brasil (1977-1979). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Relatório Final da Comissão da Verdade**. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES/Supecc, 2016

_____. **Anistia**: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado. Vitória: Milfontes, 2019.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n.47, p.43-59, jan./jul. 2012.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GRECO, Heloisa Amelia **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2003.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. de. **A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, p.287-313, dez. 2002.

_____. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MACHADO, Flávia Burlamaqui. **As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MULLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

RESENDE, Pâmela de Almeida. “Em todas las dictaduras siempre hay espacios de resistencia frente a la opresión”. A atuação dos movimentos pela anistia e o controle e vigilância do regime civil- militar (1975-1983). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, n.10, p. 207-233, Jul./Dez. 2013.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados ontem e hoje. In: **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n.17, p.33-43, 2001.

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979. **Revista Ideias**, Campinas (SP), n.1, p.71-93, 2010.